

Sistema de monitoramento e avaliação dos serviços de acolhimento: uma experiência desenvolvida a partir de ação extensionista

Shelter services evaluation and monitoring system: an experience developed from the extension action

Juliana Thimóteo Mendes¹

Derli Barbosa Rodrigues²

Luana Fernandes dos Santos Azeredo³

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar a experiência de implementação do sistema de monitoramento e avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, decorrente da parceria entre a Universidade Federal Fluminense, por meio de ação extensionista, o Centro de Referência da Criança e do Adolescente e o Setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, ambos ligados à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. No primeiro momento, serão discutidas as principais concepções sobre avaliação e monitoramento que conduziram o trabalho para, em seguida, apresentar os marcos legais que orientam os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes. Por fim, será apresentado o sistema de monitoramento e avaliação dos serviços.

Palavras-chave: Acolhimento institucional. Monitoramento. Avaliação.

ABSTRACT

The purpose of this text is to present the experience of implementation the monitoring and evaluation system of institutional shelter services for children and teenagers in the municipality of Campos dos Goytacazes, State of Rio de Janeiro, Brazil, arising from the partnership between the Fluminense Federal University, through the extensionist action, the Children and Teenager Reference Center and the Social Assistance Monitoring Sector of the Human and Social Development Department, both related to the municipal government of Campos dos Goytacazes. In the first moment, we will discuss the main conceptions about evaluation and monitoring to then present the legal frameworks that guide children and teenagers' shelter services. Finally, the monitoring and evaluation services system will be presented.

Keywords: Institutional shelter. Monitoring. Evaluation.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; professora adjunta do Departamento de Serviço Social de Campos nesta instituição. (julianatnmendes@gmail.com).

² Mestre em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, Brasil; assistente social da Fundação Municipal da Infância e Juventude de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil (rodriguesbderli@gmail.com).

³ Doutoranda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil; bolsista CAPES; pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESSA) da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil (luana.fernandes.rr@gmail.com).

INTRODUÇÃO

A implementação da Política Nacional de Assistência Social institucionalizou a avaliação e o monitoramento no âmbito da proteção social, a fim de se mensurar a eficiência e a eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência, bem como promover a transparência, o acompanhamento e a realização de estudos e diagnósticos que contribuam para o desenvolvimento dessa política. A Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) de 2005 estabelece entre as responsabilidades dos estados e municípios a de implementar seus sistemas ou planos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, privilegiando seus programas e projetos.

É importante destacar que a NOB/SUAS de 2012 reforça a importância do monitoramento ao considerá-lo como uma função inerente à gestão e ao controle social, devendo ser realizado por meio de indicadores que permitam acompanhar: a qualidade e o volume de oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial; o cumprimento do protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda; o desempenho da gestão e o funcionamento dos conselhos de assistência social.

Já com relação à avaliação, a NOB/SUAS de 2012 atribui à União a incumbência de realizar a avaliação, deixando facultativa a realização pelos estados e municípios. Os municípios poderão desenvolver práticas avaliativas participativas referentes à gestão e aos serviços socioassistenciais, envolvendo os trabalhadores, usuários e instâncias de controle social. Tais ações deverão ser desenvolvidas por meio da área de Vigilância Socioassistencial que se dedicará, essencialmente, à gestão da informação, possibilitando conhecimentos que contribuam para o caráter preventivo e proativo da política e para a tomada de decisão a partir de um caráter técnico.

No entanto, considerando a gestão descentralizada da assistência social, a responsabilidade maior em realizar o monitoramento é dos municípios, pois são eles que executam os serviços, programas e projetos e gerenciam os benefícios; portanto, estão mais próximos da população. Por isso, os municípios precisam ter capacidade institucional, gerencial, técnica, política, estruturas físicas, recursos humanos e orçamento para cumprir essas funções (BUENO; CARLOTO, 2015, p. 17).

No âmbito da Assistência Social, os serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes fazem parte da proteção social especial e são objetos de monitoramento e avaliação da Vigilância Socioassistencial do município em questão.

Diante do exposto, o Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA), por meio do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GTMA), formado por três assistentes sociais, buscou apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Curso de Serviço Social de Campos, para auxiliar na formulação e consolidação do trabalho de monitoramento e avaliação, através de uma assessoria para a construção de indicadores que subsidiassem as ações.

Considerando o papel da universidade pública em contribuir com o desenvolvimento social e político da sociedade, a partir de ações extensionistas; a importância do trabalho proposto pelo CRCA para o aperfeiçoamento da política de acolhimento institucional; e o fato de ser uma área importante de atuação profissional, já que os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na gestão e avaliação de políticas sociais, o curso de Serviço Social, respondeu à demanda apresentada pelo CRCA por meio do projeto de extensão “Assessoria ao CRCA”.

O trabalho de assessoria se estruturou a partir da compreensão de que as políticas sociais constituem elementos de um processo contraditório e complexo de regulação política e econômica das relações sociais, que possuem o Estado e as classes sociais como seus atores (BOCHETTI, 2009). Entendidas como fenômeno social, as políticas sociais devem ser analisadas como parte de um todo, considerando suas múltiplas causalidades e funcionalidades. Nesse sentido, fez-se imprescindível situar o processo de avaliação e monitoramento, objeto de trabalho da assessoria, num movimento amplo em que se considerasse a concepção de Estado e de Política Social em determinado contexto socio-histórico. Portanto, três dimensões foram observadas: a dimensão histórica, situando o surgimento da política social, relacionando-a com as expressões da questão social que determinaram sua origem; a dimensão econômica estabelecendo uma relação entre a política social, as questões estruturais da economia e seus efeitos para a produção e reprodução da classe trabalhadora; e a dimensão política, considerando das forças em confronto, desde o papel do Estado até de grupos sociais que defendem interesses das classes em que se encontram (BOCHETTI, 2009).

Durante o trabalho de assessoria, buscamos desenvolver uma metodologia participativa, em que os diferentes atores inseridos nos serviços de acolhimento institucional pudessem contribuir com o processo de discussão e elaboração dos indicadores que subsidiariam o monitoramento e avaliação dos serviços.

A metodologia de trabalho consistiu na realização de diferentes ações, nas quais foram realizados encontros semanais para estudos de textos referentes ao debate sobre avaliação e monitoramento de políticas públicas, programas e projetos sociais – com destaque para os autores Jannuzzi (2004; 2014), Nogueira (2004) e Bochetti (2009) – e para o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas. Nesses encontros participaram os profissionais do GTMA e, pontualmente, alguns profissionais dos acolhimentos. No intuito de promover maior participação foram realizadas duas reuniões com toda equipe técnica dos serviços de acolhimento e do CRCA para apresentação, discussão e sensibilização da proposta de trabalho.

Para subsidiar a elaboração dos indicadores, foram realizadas visitas aos serviços de acolhimento institucional para a apresentação da proposta de trabalho de forma mais detalhada e o levantamento das problemáticas enfrentadas no preenchimento dos documentos obrigatórios ao serviço⁴. Outra questão abordada nas visitas foi o levantamento de sugestões dos itens que a equipe técnica considerava relevantes para serem monitorados e avaliados.

Além das informações coletadas durante as reuniões, foi solicitado às equipes técnicas que enviassem sugestões por escrito, a fim de possibilitar um prazo maior de reflexão para os profissionais. Em função das dificuldades de agenda, foram visitados quatro, dos sete⁵ serviços de acolhimento, no entanto, todos os serviços foram convidados a enviarem suas sugestões.

Em decorrência dessas ações, também foi realizado um movimento de busca por acesso às informações contidas no Módulo Criança e Adolescente (MCA/MPRJ), por parte da equipe da CRCA, que até então não utilizava esse sistema como fonte de informação. Por meio de contatos com os gestores do MCA/MPRJ, a equipe se qualificou e passou a ter acesso a essas informações. No entanto, constatamos que elas eram insuficientes para o que se buscava construir.

Outra ação desenvolvida foi a parceria com a equipe de Monitoramento e Avaliação do Setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes para discutir e reelaborar o Relatório de Atendimento Mensal (RMA), a partir dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social, do GT de Monitoramento e Avaliação e das sugestões das equipes técnicas dos

⁴ Os documentos preenchidos pela equipe dos acolhimentos foram: Plano de Atendimento Individual (PAI); Plano de Atendimento Individual e Familiar (PAIF/MP); Relatório Mensal de Atendimento (RMA/SMDHS); e o Módulo Criança e Adolescente (MCA/MP).

⁵ Atualmente a FMIJ conta com 8 equipamentos de acolhimento.

acolhimentos. Com a proposta do RMA reformulada, realizou-se um seminário de trabalho com as equipes técnicas dos acolhimentos e do CRCA para discussão do formato do RMA, que passaria a ser digital, e definição dos conceitos que orientariam o preenchimento do documento para que pudesse ter uniformidade na forma de coleta de dados.

Todo o trabalho de assessoria culminou na construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, que será apresentado a seguir.

O serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Campos dos Goytacazes-RJ

Neste item, procura-se trazer ao debate algumas questões relacionadas ao município de Campos dos Goytacazes-RJ. De início, cabe ressaltar que a cidade é a maior do interior do estado do Rio de Janeiro, com 503.424 de habitantes (IBGE Cidades, 2010). No município encontram-se 8 acolhimentos institucionais voltados para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, que são ofertados pela Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ)⁶.

A FMIJ está vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social desde o ano de 2009, tendo como um dos seus objetivos centrais a oferta e a gestão de serviços socioassistenciais na área da infância e juventude, no âmbito da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Os serviços de acolhimento no município de Campos dos Goytacazes funcionam orientados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Plano Municipal de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens, pelas Orientações Técnicas, entre outros documentos pertinentes que norteiam o desenvolvimento desses equipamentos ou unidades.

De acordo com o relatório apresentado pelo Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA), em 2017, havia 222 acolhidos, sendo 114 do sexo feminino e 108 do sexo masculino. Destes, 57 eram crianças e 165 adolescentes. Destaca-se a distribuição dos acolhidos, em que se verificam equipamentos com um número elevado de crianças e adolescentes. Em alguns dos acolhimentos, a quantidade de acolhidos é superior ao que preconizam as Orientações Técnicas, que são de até 20 acolhidos para cada acolhimento. O referido relatório demonstrou que 50% dos acolhimentos estavam com um número maior de

⁶ A FMIJ é um órgão da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, criada em 1990 com o objetivo de executar a política para infância e juventude (PMAC, 2014).

20 acolhidos. Tal situação tende a ocorrer em função do perfil do acolhimento, indo de encontro às Orientações Técnicas, levando à necessidade de o município reordenar seus serviços, adequando-se ao que determinam as legislações.

Essa é apenas uma das situações que ilustram a necessidade de o município desenvolver um trabalho de monitoramento e avaliação dos serviços de acolhimento, que em Campos dos Goytacazes, está sendo implementado pelo CRCA⁷, em parceria com a UFF e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

Destacamos que a demanda por esse serviço teve origem na necessidade de acompanhar o processo de reordenamento dos serviços de acolhimento, ao mesmo tempo em que se verificou, por parte da equipe do CRCA, a dificuldade em se obter informações confiáveis sobre a real situação dos acolhimentos do município.

O sistema de monitoramento e avaliação

O processo de monitoramento e avaliação é uma importante ferramenta da gestão para mensurar o desempenho e a relevância de um determinado programa, projeto e serviço. No caso dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, ficou definido que o monitoramento teria por finalidade levantar os dados referentes ao desenvolvimento do serviço, trimestralmente, a fim de obter informações precisas para a tomada rápida e segura de decisões. A avaliação teria como objetivo mensurar a eficácia, a efetividade e a sustentabilidade dos serviços, tendo como referências os princípios da política de acolhimento de crianças e adolescentes, preconizados nas orientações técnicas do CONANDA/MDS.

Nesse sentido, o objetivo central do SMA de Campos dos Goytacazes é o de fornecer aos gestores informações confiáveis que os auxiliem no planejamento, na alocação de recursos e na divulgação dos resultados das ações realizadas pelos serviços de acolhimento.

Consideramos que os usuários deste sistema são aqueles que, direta e indiretamente, se beneficiam com os resultados do trabalho realizado. Sob esse prisma, os usuários diretos do

⁷ Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA) foi criado em 2014 com o objetivo de promover o reordenamento dos acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes, gerindo e regulando as vagas, por meio do trabalho técnico qualificado. Compete ao CRCA, entre outras funções, o monitoramento da situação de todas as crianças e adolescentes que estão no serviço de acolhimento, bem como manter uma central de dados estatísticos para auxiliar na reformulação das Políticas Públicas na área da infância e juventude. Em junho de 2019, tal espaço de gestão sofreu alterações administrativas e gerenciais e passou a funcionar na condição de Central de Regulação de Vagas e Supervisão Técnica junto aos acolhimentos municipais.

processo são: a Fundação Municipal da Infância e Juventude; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social; o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes; o Conselho Municipal de Assistência Social; o Ministério Público e os profissionais dos acolhimentos institucionais. Como usuários indiretos estão as crianças e adolescentes acolhidos, bem como suas famílias e a sociedade em geral, uma vez que estes seriam beneficiados com a melhoria dos serviços prestados.

Critérios para avaliação e monitoramento

Ao compreendermos que todo processo avaliativo possui uma dimensão valorativa, a definição dos critérios que orientam esse processo foi construída coletivamente pelos atores envolvidos e assim definidos: a) Eficácia: capacidade de produzir os resultados esperados, considerando as ações e os instrumentos utilizados, independente dos custos implicados na realização dos serviços; b) Efetividade: capacidade de produzir resultados permanentes, usualmente concebidos como impactos. Ou seja, não se refere apenas ao alcance das metas, mas também aos efeitos que gerou, e; c) Sustentabilidade: capacidade de produzir mudanças sociais mais permanentes, que alteram a própria demanda e que retroalimentam as políticas sociais.

Tais critérios foram considerados para avaliar o alcance dos objetivos dos serviços de acolhimentos, aqui identificados a partir dos princípios e do que preconizam as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009). Foram definidos cinco eixos a serem monitorados e avaliados, a saber: Excepcionalidade; Provisoriedade do afastamento do convívio familiar; Preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Respeito à autonomia; e Adequação das equipes técnicas às Orientações Técnicas.

De acordo com as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento, o princípio da excepcionalidade diz respeito ao caráter da medida protetiva de acolhimento. Ou seja, a medida deve ser aplicada em casos de grave risco à integridade física ou psíquica de crianças e adolescentes. Nesse caso, os vínculos familiares foram rompidos e não há possibilidade de permanência no convívio familiar. Destaca-se que, nas situações em que crianças e adolescentes ou algum membro da família tenha deficiência, não se constituem motivos para que haja o afastamento do convívio familiar.

Já a Provisoriedade do afastamento do convívio familiar indica que todas as medidas cabíveis devem ser empreendidas para que a criança ou adolescente permaneça o menor tempo

possível no acolhimento, buscando a reintegração rápida à sua família de origem, extensa ou colocada em família substituta. As normativas legais indicam que o período máximo de permanência de crianças e adolescentes no acolhimento deve ser inferior a dois anos. A permanência superior a esse tempo pode ocorrer somente em casos excepcionais e com respaldo de uma avaliação dos órgãos competentes que acompanham o caso.

Diante da importância desse princípio, entendemos ser necessário que as famílias dos acolhidos sejam cadastradas e acompanhadas, de acordo com a especificidade do caso, pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Além disso, é primordial que as unidades de acolhimento se articulem com a rede de serviços (saúde, educação etc.), para que a família tenha acesso às políticas públicas com o devido acompanhamento, a fim de que crianças e adolescentes sejam cuidados enquanto estiverem no acolhimento e, posteriormente, no caso de reintegração familiar.

A Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários prevê que os vínculos construídos pelas crianças e adolescentes com seus familiares e comunidade devem ser preservados. Neste sentido, as equipes dos acolhimentos devem desenvolver ações que estimulem as visitas dos familiares ao acolhimento, rodas de conversas da equipe técnica com eles, entre outras ações. Além disso, as equipes técnicas precisam trabalhar para fortalecer os vínculos comunitários, também, por meio de trabalhos e eventos com a comunidade.

O Respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem deve pautar as ações desenvolvidas nos acolhimentos. Para isso, as equipes devem trabalhar com a escuta dos mesmos, por meio de atividades que lhes permitam opinar sobre decisões acerca de seu desenvolvimento, trajetória de vida e outros, com o intuito de fortalecer a autonomia de decisões. Quando não há mais condições de retorno à família de origem, extensas ou para uma família substituta, deve-se prepará-los para a vida adulta após o desligamento, quando completarem dezoito anos.

Por fim, a Adequação das equipes às Orientações Técnicas visa verificar se o quantitativo de profissionais e suas atuações estão de acordo com o que preconizam as legislações que orientam os serviços.

Indicadores de avaliação e monitoramento

Como abordado anteriormente, os indicadores são um recurso metodológico que permite medir o alcance de um objeto e sua meta. Os indicadores definidos para esse trabalho foram construídos a partir dos princípios que orientam os serviços de acolhimento, a fim de mensurar e avaliar os resultados do trabalho dos acolhimentos e seu efeito em longo prazo.

Quadro 1 - Indicadores de Monitoramento e Avaliação

PRINCÍPIOS	INDICADORES	VARIÁVEIS
Excepcionalidade do afastamento do convívio familiar	Percentual de motivos que representam situações de grave risco à integridade física e psíquica	Montante de motivos que geram acolhimentos
	Percentual de famílias que acessam serviços e programas sociais	Montante de famílias acompanhadas pelo CRAS
		Montante de famílias acompanhadas pelo CREAS
		Montante de famílias que recebem Benefícios Sociais
Provisoriedade do afastamento do convívio familiar	Percentual de tempo de permanência de crianças e/ou adolescentes nos acolhimentos	Tempo de permanência da criança e/ou adolescente no acolhimento
	Percentual de crianças e/ou adolescentes, com deficiência, com mais de dois anos de acolhimento	Montante de criança / adolescente sem deficiência
		Montante de crianças e/ou adolescentes com algum tipo de deficiência
	Percentual de crianças e/ou adolescentes reintegrados à família natural ou extensa	Montante de crianças e/ou adolescentes reintegrados
	Percentual de crianças e/ou adolescentes reintegrados à família substituta	Montante de crianças e ou adolescentes em processo de guarda
		Montante de crianças e ou adolescentes em processo de adoção
Percentual de reintegração mal sucedida	Montante de crianças e/ou adolescentes com reintegração mal sucedida	

Preservação e fortalecimentos dos vínculos e convívios familiares e comunitários	Percentual de trabalhos realizados com crianças e/ou adolescentes	Montante de atendimentos individuais com crianças e adolescentes
		Montante de atendimentos em grupos com crianças e adolescentes
	Percentual de trabalho realizado com familiares e com a comunidade	Montante de orientação de grupo familiar
		Montante de orientação multifamiliar
		Montante de visitas domiciliares às famílias dos acolhidos
		Montante de visitas domiciliares para acompanhamento ao reintegrado
		Montante de participação de crianças e adolescentes em eventos externos
		Montante de participação da comunidade em eventos internos
Montante de atividades realizadas com a comunidade		
Respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem	Percentual de crianças e/ou adolescentes inseridos em atividades de formação profissional e sociocultural	Montante de crianças e adolescentes em cursos profissionalizantes
		Montante de crianças e adolescentes em cursos semiprofissionalizantes
		Montante de crianças e adolescentes em atividades culturais
		Montante de crianças e adolescentes em atividades esportivas
		Montante de crianças e adolescentes em curso de línguas
		Montante de crianças e adolescentes em atividades

		religiosas
		Montante de crianças e adolescentes em movimentos sociais
		Montante de adolescentes ingressado no Mercado de Trabalho
		Montante de outras inserções de atividades
Adequação das equipes técnicas às Orientações Técnicas	Percentual de ações intersetoriais	Montante das articulações do Ministério Público
		Montante das articulações da Defensoria Pública
		Montante de articulação da VIJI
		Montante de articulação com CREAS
		Montante de articulação com CRAS
		Montante de articulação com Conselho Tutelar
		Montante de articulação com setores da saúde
	Percentual de profissionais atuando nos acolhimentos	Montante de cada profissional por acolhimento
		Montante de profissionais (pessoas) contratadas e desligadas dos acolhimentos

Fonte: Os autores (2019).

Métodos e técnicas para avaliação e monitoramento

O modelo de avaliação proposto é o de processo e de resultado, pois buscamos avaliar os efeitos em médio e longo prazo dos serviços de acolhimento realizados pela Fundação Municipal da Infância e Juventude. Como referência inicial foram tomados os dados coletados nos acolhimentos, pela equipe do CRCA⁸, mesmo que eles ainda fossem exploratórios, já que não havia um rigor metodológico que orientasse o registro das

⁸ Os dados coletados foram disponibilizados por meio de um relatório, apresentado em dezembro de 2017.

informações e a coleta de dados. Já as informações que alimentariam o SMA seriam obtidas por meio dos seguintes instrumentos: Relatório Mensal de Atendimento do CRCA; Relatório de Atendimento Mensal dos acolhimentos; questionários aplicados, anualmente, aos profissionais que atuam nos acolhimentos; escuta anual dos acolhidos, por meio de metodologia própria a ser construída pelo GTMA.

Relatório Mensal de Atendimento: um instrumento do monitoramento

O RMA era um instrumento utilizado pelo setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, mas que precisava ser revisado para atender aos objetivos que se pretendia alcançar por meio da avaliação e monitoramento dos serviços de acolhimento. A partir de vários debates realizados entre os atores envolvidos (GT Monitoramento e avaliação, SMDHS e equipe técnica dos acolhimentos), o instrumento foi reestruturado em 4 eixos.

O primeiro eixo, intitulado “Crianças e adolescentes em situação de acolhimento”, passou a ter como objetivo registrar informações sobre o perfil das crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias. O segundo eixo “Atendimento à criança, adolescentes e familiares” destina-se a registrar as informações referentes aos trabalhos que são realizados pela equipe técnica com o público alvo dos acolhimentos. O terceiro eixo se refere à “Articulação e mobilização”, que visa registrar as ações de articulação da equipe técnica com diferentes setores da sociedade, visando o trabalho em rede, necessário para se garantir a proteção integral aos acolhidos. Por fim, o quarto eixo é referente aos “Recursos humanos presentes nos acolhimentos” e às atividades de capacitação pelas quais estão passando.

Para facilitar o preenchimento e permitir maior agilidade nas transferências de informações, o RMA passou a ser digital, em planilha do Excel, seguido de um RMA qualitativo, no qual as equipes podem colocar observações e os esclarecimentos sobre algum item do RMA digital.

Para que não houvesse formas de preenchimento diferenciadas do RMA, foi elaborado o manual “Orientações para o preenchimento do RMA/Acolhimentos” e a equipe do GTMA passou a acompanhar o preenchimento, por meio de visitas e orientações permanentes.

Arranjo institucional do sistema de monitoramento e avaliação dos serviços de acolhimento

Para desenvolver o trabalho de monitoramento e avaliação, foi criada a Comissão Mista de Monitoramento e Avaliação, composta pelos participantes do GTMA e por representantes do Setor de Vigilância Socioassistencial, para garantir a intersectorialidade das ações. Essa Comissão tem a função de coordenar o Sistema, sendo responsável por realizar as análises dos dados e conduzir as devolutivas, por meio dos seminários. A Universidade Federal Fluminense, participaria desse processo por meio da continuidade da ação extensionista de assessoria, enquanto durasse o processo de implementação e implantação

Um dos grandes desafios para a sustentação do SMA diz respeito à forma como os dados gerados seriam utilizados para subsidiar a gestão dos serviços de acolhimento na tomada de decisões. Assim, definiu-se que o primeiro espaço para a tomada de decisões seria a Comissão Mista de Monitoramento e Avaliação, que trimestralmente analisaria os dados do RMA e das ações desenvolvidas, propondo os ajustes necessários para o próximo trimestre. Outro espaço seria os seminários semestrais com todos os atores envolvidos para a devolutiva do resultado do trabalho de monitoramento e avaliação das ações. E, por fim, seria realizada a avaliação anual dos serviços com indicações de ajustes, seguida da aprovação da FMIJ e da SMDHS.

Apresentação e aprovação do sistema de monitoramento e avaliação

Para garantir a efetividade do SMA, a equipe que trabalhou na sua proposição realizou uma reunião para apresentação da proposta aos gestores da Fundação da Infância e Juventude e da SMDHS. Além dos gestores, estavam presentes o coordenador do CRCA, os membros do GTMA, profissionais da equipe técnica do CRCA e a coordenadora do setor de Vigilância Socioassistencial da SMDHS.

Durante a reunião, o SMA foi apresentado e debatido entre os presentes. Após aprovação, foi suscitada a necessidade de publicação da formação da Comissão Mista, com seus respectivos participantes, em Diário Oficial, bem como a apresentação e discussão do Sistema nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente e de Assistência Social, para que seja incorporado à Política de Assistência Social voltada para as crianças e adolescentes e, por conseguinte, ao Plano Municipal de Acolhimento do município.

Cabe considerar que as ações mencionadas são parte de um trabalho que está em processo de implementação, uma vez que os acolhimentos estão preenchendo o RMA e os-gestores, tomando conhecimento dos resultados iniciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência decorrente do trabalho de assessoria que foi desenvolvido vem produzindo mudanças significativas, não apenas nos espaços onde se realizou, mas também na formação dos futuros assistentes sociais.

Por meio do projeto de Assessoria ao CRCA, as discentes que atuaram como bolsistas voluntárias de extensão, foram incorporadas como estagiárias remuneradas pela prefeitura, para atuarem no processo, acompanhando as assistentes sociais do GTMA. Ressalta-se que o CRCA não envolvia estagiários e esse foi um importante ganho no processo de formação profissional.

Além disso, a experiência e os acúmulos teórico-metodológicos e políticos do trabalho de assessoria permitiu a proposição de um projeto de pesquisa para investigar as vivências de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento, com a participação de bolsistas de iniciação científica. Outra contribuição importante da ação extensionista foi permitir a reflexão sobre o trabalho do assistente social, contribuindo para a construção de diretrizes e o fortalecimento de sua ação profissional.

Tal experiência contribuiu, ainda, para a criação, em 2019, de um programa contínuo de ações extensionistas na área da infância e juventude, de caráter interdisciplinar e de abrangência regional, contando com a participação de professores das áreas de Serviço Social e Psicologia, atuando a partir dos princípios da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In: CFESS/ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 575-593

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília, DF: CONANDA/CNAS, 2009.

BRASIL. Diário Oficial da União. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 11 nov. 2009.

BUENO, N. C.; CARLOTO, C. M. Avaliação e monitoramento da política de assistência social: uma proposta em construção. **Katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 13-21, 2015. Doi: 10.1590/1414-49802015000100002.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referências de quem a realiza. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, p. 22-42, maio/ago. 2014. Doi: 10.18222/ae255820142916.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

NOGUEIRA, V. M. R. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais: revendo conceitos básicos. **Katálysis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, jul./dez. 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Plano Municipal de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes**. 2015.

Submetido em 12 de agosto de 2019.

Aprovado em 21 de novembro de 2019.